

O Ibopatinga: Nacionalismo, Jornalismo e História

BORGES, Rosana Maria Ribeiro

Professora do curso de Jornalismo, da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás. Doutora em Geografia, Mestre em Educação Brasileira e Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Radialismo.

ABREU, Tiago Florêncio de

Graduando em Jornalismo pela Universidade Federal de Goiás – UFG.

MOTA, Gustavo Henrique Jubé da

Graduando em Jornalismo pela Universidade Federal de Goiás – UFG.

RESUMO

O presente artigo foi elaborado para analisar os discursos políticos e de transformação social presentes em duas reportagens assinadas por José Evandro de Oliveira Brandão no *O Semanário*, acerca do movimento nacionalista local e, por consequência, do jornal *O Ibopatinga*, que circulou nos municípios de Paratinga e Ibotirama, interior baiano, entre os fins da década de 1950 até meados de 1970. Para contextualizá-lo, foi realizada uma explanação sobre o “fazer histórico”, sobre o surgimento da imprensa na Europa Moderna, e suas tentativas de implementação no Brasil, como um agente de transformação social capaz de desafiar monopólios do poder simbólico.

PALAVRAS-CHAVE: Ibopatinga; Paratinga; Nacionalismo; Comunicação; Imprensa; História.

ABSTRACT

This article was prepared to analyze the political speeches and social transformation present in two reports signed by José Evandro de Oliveira Brandão in *O Semanário*, on the local nationalist movement and, consequently, on the newspaper *O Ibopatinga*, which circulated in the municipalities of Paratinga and Ibotirama, Bahia interior, between the late 1950 and mid 1970. To put it in context, an explanation was made of the "historical record" about the rise of the press in modern Europe and its attempts to implement it in Brazil as an agent of social transformation capable of challenging monopolies of symbolic power.

KEY WORDS: Ibopatinga; Paratinga; Nationalism; Communication; Press; History.

A CONSTRUÇÃO DO “FAZER HISTÓRICO”

A História constitui um dos mais antigos campos de conhecimento das Ciências Humanas e Sociais, remontando à Antiguidade, com o trabalho de autores como o grego Heródoto, o egípcio Manetón e o judeu Flávio Josefo, cujas obras chegaram até o presente, ora por meio de outros autores, ou pela preservação parcial das obras.

Sendo inicialmente uma ciência de investigação em documentos e relatos orais, a palavra que dá nome à ciência histórica, utilizada em todas as línguas de origem latina, se

originou, segundo o historiador francês Jacques Le Goff (1990), do termo *historie*.

O antigo verbete pertence ao dialeto dos jônicos, um dos povos que constituiu a civilização grega e fundou a cidade de Atenas. Segundo Le Goff (1990a), esse termo deriva da raiz indo-europeia *wid*, que significa “ver”. Daí a concepção do historiador como “aquele que vê”, e do grego antigo “*historein*” como “procurar saber” ou “se informar”.

É nesse sentido que Heródoto, nascido em Halicarnasso, inicia as suas *Histórias*, que são entendidas como buscas ou investigações. Le Goff (1990) ainda salienta que a ciência histórica surge como um relato, uma narração.

Heródoto não se propunha a nenhum outro objetivo, senão celebrar os feitos dos gregos e dos persas e relatar os motivos que levaram os dois povos à guerra, como destaca em sua obra (LARCHER, 2006). Essa finalidade evidencia o aspecto político em sua *História*, e reforça uma tradicional visão, criada pelo dedutivismo intuitivo do senso comum, de que a história é uma narrativa dos conquistadores, como destaca Barbosa (2004, p.2), ao definir uma concepção “que pensa os movimentos da história a partir de uma perspectiva que coloca sob foco central os personagens que – através do poder que tinham de deixar registros para a memória – se tornam o centro da própria narrativa”.

A autora ainda destaca que essa perspectiva do senso comum está “contaminada por uma ideia de história linear e orientada em direção a um futuro infinito” (BARBOSA, 2004, p.2), sob influência do pensamento positivista, quando evoca a construção de um “progresso histórico”. Ao invés dessa concepção, Barbosa destaca, além da participação dos poderosos, também a ação dos vestígios, restos e, sobretudo, dos anônimos, na construção da história (BARBOSA, 2004).

Para contrapor-se à noção positivista da história como um progresso linear, a pesquisadora destaca que o fazer histórico é “perceber a história como um processo complexo, no qual estão engendradas relações sociais, culturais, falas e não ditos, silêncios que dizem mais do que qualquer forma de expressão, e que na maioria das vezes não foram deixados para o futuro” (BARBOSA, 2004, p.3). Nesse sentido, a autora ainda apresenta duas maneiras gerais sob as quais nos debruçamos sobre o passado, entre as quais é de interesse deste trabalho, a segunda:

Há múltiplas formas de fazer história e há variadas maneiras de se debruçar sobre o passado: ou se acredita que os fatos do passado de fato ocorreram daquela forma e que fazer história é trazer o passado para o presente, tal como se deu; ou se acredita que o passado está irremediavelmente perdido nas fimbrias de seu próprio tempo e o que fazemos hoje, ao nos referir ao passado, é mera interpretação baseada

em nossas memórias, vivências, expectativas, posições políticas. (BARBOSA, 2004, p.3).

Sendo assim, o “fazer história” que começa como o relato dos primeiros autores, ainda na Antiguidade, torna-se para o presente a reconstituição de um passado, inferido por meio dos diversos monumentos, documentos, relatos oficiais e oficiosos, histórias orais, entre outros recursos, que não nos permitem reavivar em sua totalidade um tempo já remoto, mas com base nas variáveis disponíveis, permitem reconstituir aspectos específicos do passado, submetidos aos interesses, anseios e visões de mundo do pesquisador. Em suma, o método do “fazer história” passa por uma angulação dos meios de pesquisa aos interesses do cientista.

OS VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO NO ADVENTO DA MODERNIDADE

Os historiadores estabeleceram a criação da prensa por Johann Gutenberg, em torno de 1440, como um marco zero para a história da imprensa no ocidente. Foi o método de duplicação da fundição das letras metálicas de prensa, acompanhado pela adaptação da tradicional prensa de parafuso a fim de executar a impressão, ambos criados pelo ourives alemão, que estabeleceram o início de uma revolução no acesso à informação e na transferência, gradual, de um poder simbólico das mãos da Igreja Católica para uma sociedade burguesa (THOMPSON, 2002).

O século seguinte ainda assistiu a Reforma Protestante, que abalou ainda mais a autoridade religiosa do clero, e instituiu a criação de seitas que reivindicavam estilos de vida distintos e caminhos alternativos de acesso à verdade das Escrituras (THOMPSON, 2002). Essa relação da Igreja com as organizações de imprensa, que floresceram na Europa, mantinha-se ora favorável, ora repressiva.

Thompson (2002) afirma que as tipografias primitivas imprimiam traduções bíblicas, livros usados em cultos e orações, como também publicações sobre teologia clássica e medieval. Sendo assim, o clero era um dos principais clientes dessa recente indústria, ao mesmo tempo em que, com a publicação de folhetins populares e textos sobre assuntos diversos e controversos, a Igreja buscava controlar a produção e o acesso a obras que violassem o seu até então estabelecido monopólio do poder simbólico. Essa censura culminou na compilação do *Index librorum prohibitorum*, ou seja, Index dos Livros Proibidos,

que promulgado em 1559, foi revisado e atualizado continuamente por cerca de quatrocentos anos.

Ao mesmo tempo em que os Estados europeus também buscavam controlar e se apropriar da imprensa, como pela criação de sistemas postais (THOMPSON, capítulo 2 A mídia e o desenvolvimento das sociedades modernas, 2002), nas colônias americanas, metrópoles como Portugal e Espanha impuseram diferentes condições para a implantação ou para a repressão aos meios de comunicação (SODRÉ, 2007). Ambos os autores apontam a História da Imprensa como a história do desenvolvimento do capitalismo, e sendo assim, no contexto da ascensão da Modernidade, a história de como os *media* interferem no surgimento dessa Modernidade, caracterizada por um recuo do poder clerical, e o surgimento dos Estados Nacionais, amparados economicamente por uma burguesia comercial.

A CENSURA PORTUGUESA E AS INICIATIVAS PRIVADAS DE IMPRENSA NO BRASIL

A Imprensa surge oficialmente no Brasil em 1808 com a criação da Impressão Régia. Conforme nos aponta Sodré (2007), as iniciativas anteriores para a instalação de uma imprensa no Brasil, todas privadas, foram impedidas ou censuradas pela coroa portuguesa, como também enfrentavam a ausência de uma desenvolvida economia burguesa e de uma sociedade urbanizada, que permitiram a ascensão de uma indústria do poder simbólico do outro lado do Atlântico.

Portanto, para que pudessem prosperar, assim como se deu na Europa, as organizações de imprensa, por serem essencialmente urbanas e burguesas (SODRÉ, 2007; THOMPSON, 2002), precisavam encontrar terreno fértil no Brasil, que se apresentava como uma colônia rural, escravista, e fortemente controlada pelos interesses do Estado português e da Igreja, sem a menor liberdade de imprensa.

Apesar do atraso no Brasil em relação à instituição de uma imprensa oficial, colônias espanholas como o México, em 1539, e o Peru, em 1583, não apenas contavam com serviços de imprensa mantidos pelas colônias, como também tinham universidades. Entretanto, Sodré avalia que a rápida implantação de instituições representantes do conhecimento europeu nos vice-reinos e capitanias gerais da América Espanhola se deu pelo interesse de uma cultura, auto-avaliada como avançada, se impôr sobre outra cultura julgada como similar. Já para os portugueses, os nativos encontrados no Brasil eram tidos

como simples selvagens, e por isso poderiam ser mais facilmente escravizados, ou então dizimados.

O aparecimento precoce da Universidade e da imprensa [na América Espanhola], assim, esteve longe de caracterizar uma posição de tolerância. Foi, ao contrário, sintoma de intransigência cultural, de esmagamento, de destruição, da necessidade de, pelo uso de instrumentos adequados, implantar a cultura externa, justificatória do domínio, da ocupação, da exploração (SODRÉ, 2007, p.11).

Apesar da relutância do Estado português em permitir a criação e circulação de material impresso na colônia, iniciativas isoladas logo surgiram, sempre sentindo o peso da perseguição da coroa. Coube a Antônio Isidoro da Fonseca, em 1746, se transferir de Lisboa para o Rio de Janeiro, onde fundou uma oficina e imprimiu o primeiro folheto impresso no Brasil, ao custo de uma rápida ação para liquidar a sua iniciativa, já que sobre a oficina no Rio, “mandou a Corte aboli-la e queimá-la, para não propagar idéias [sic] que podiam ser contrárias ao interesse do Estado” (SODRÉ, 2007, p.17).

Como parte da censura da metrópole, se destaca o documento da Ordem Régia de 6 de julho de 1747, que afirmava não ser conveniente a existência de tipografias ou impressores na colônia, como também ressaltava a necessidade das obras conterem aprovação da Inquisição e do Conselho Ultramarino, isto é, da administração colonial (SODRÉ, 2007).

Mesmo com a chegada da família real ao Rio em 1808, a criação de uma Imprensa Régia ainda limitava as atividades de impressão no país a interesses oficiais. Dessa oficina saiu, em 10 de setembro de 1808, o primeiro exemplar da *Gazeta do Rio de Janeiro*, considerado o primeiro jornal impresso em terras brasileiras. Sodré se refere ao jornal como um “pobre papel impresso, preocupado quase que tão somente com o que se passava na Europa” (SODRÉ, 2007, p.19).

Em 1º. de junho de 1808, três meses antes da *Gazeta* circular pelo Rio, surgiu a primeira edição do *Correio Brasiliense*, editada em Londres por Hipólito da Costa. O jornalista, citado por Sodré, afirma que resolveu “lançar esta publicação na capital inglesa dada a dificuldade de publicar obras periódicas no Brasil, já pela censura prévia, já pelos perigos a que os redatores se exporiam, falando livremente das ações dos homens poderosos” (SODRÉ, 2007, p.20).

Enquanto a *Gazeta* tinha uma periodicidade curta, baixo custo e intenção informativa, contando com quatro páginas, o *Correio* contava com edições mensais de brochura com mais de cem páginas, preço alto e intenção opinativa. Sodré destaca que

enquanto o primeiro era veículo de um Estado absolutista, sem concorrentes ou antagonistas, o segundo buscava conquistar opiniões e apoio, como uma iniciativa essencialmente burguesa e liberal, muitas vezes atacando os defeitos da administração portuguesa.

As críticas à administração real custaram a proibição de circulação do *Correio Brasiliense* no país, quando em 27 de março de 1809, foi determinada a apreensão do material editado por Hipólito da Costa (SODRÉ, 2007). Apesar disso, o veículo seguiu em circulação clandestinamente, evidenciando que mesmo com os obstáculos criados pela coroa, a iniciativa livre de imprensa conseguiria transgredir desde então, qualquer forma de censura.

E outras iniciativas de instalação de oficinas para impressão seguiram à da Impressão Régia no Brasil, sendo que foi na Bahia, em 4 de agosto de 1821, que começou a circular o *Diário Constitucional*, defendido por Sodré (2007, p.51) como o “primeiro periódico que defendeu os interesses brasileiros, quebrando a monotonia da imprensa áulica”, isto é, da imprensa submissa aos interesses dos portugueses.

O veículo surgiu em um contexto de luta política, quando o povo e as tropas locais escolheram uma Junta Provisional para governar a província, constituída por nove membros, sendo seis portugueses. Os nacionalistas apoiavam, portanto, a renovação desta Junta de modo que a maioria dos representantes fossem brasileiros, sendo que nesse meio político se encontrava o *Diário*. Os portugueses, por sua vez, defendiam a simples reeleição dos representantes, e tinham ao seu lado, veículos como o *Semanário Cívico* e a *Idade de Ouro do Brasil* (SODRÉ, 2007).

O autor ainda destaca que essa foi a “primeira campanha eleitoral travada pela imprensa, em nosso país” (SODRÉ, 2007, p.52), e que por isso o jornal chegou a encerrar suas atividades em 15 de dezembro. Apesar das arbitrariedades do governo de maioria portuguesa, os brasileiros venceram a disputa, e extinguiram a censura sobre o jornal, que voltou a circular com o nome *O Constitucional*, em 10 de abril de 1822 (ALMEIDA, 2009).

Essa interferência dos jornais e seus membros sobre a vida política ainda viria a se intensificar até a atualidade, e a presença cada vez mais intensa dos *media* na esfera pública nos permitiria nos perceber, enquanto sociedade, conversando com nós mesmos, isto é, perceber o objetivo e o objeto dos estudos em comunicação.

PARATINGA E IBOTIRAMA

Paratinga é um município do estado da Bahia, localizado no Vale do São Francisco, a cerca de 740 km de Brasília. A cidade foi formada no final do século XVII, em terras e fazendas que pertenciam ao latifundiário Antônio Guedes de Brito (NOGUEIRA, 2011). Como vila desde 1746, a região que outrora era parte do território de Jacobina, na província da Bahia, se chamava Urubu.

Urubu (atual Paratinga), durante os séculos XVIII e XIX, gozava de destaque no cenário político e econômico baiano embora, como aponta Ferreira (1958), seu crescimento foi lento. Como subscreve Pereira (2010), Urubu era uma das poucas vilas do sertão da Bahia naquela época, ao lado dos municípios de Jacobina, Rio de Contas, Barra e Senhor do Bonfim. De acordo com Saraiva (2008), a vila do Urubu chegou a ser cogitada como sede de uma nova província, desmembrada de territórios da Bahia e Mina Gerais e, por fim, chamada São Francisco ou Urubu.

Nos séculos XIX e XX, o território de Paratinga foi dividido a partir de outros municípios emancipados. Entre eles, Ibotirama, em 1958 (NEVES, 2007). Como afirmam Nogueira (2011) e Bastos (1969), Ibotirama surgiu por meio do arraial de Bom Jardim, ainda em 1732. Foi elevado à distrito com o nome Jardimópolis, o topônimo foi mudado para Ibotirama em 1943 e, desde sua formação, desenvolvendo relações com Paratinga.

Ferreira (1958), com base nos dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística coletados em 1950, destaca que Paratinga contava com atividades econômicas predominantes em pecuária; sendo que 20% da população acima de 5 anos de idade sabia ler e escrever. Naquela década, ainda, 2.741 habitantes viviam na sede urbana de Paratinga que, no Censo, apresentou um total de 21.050 paratinguenses.

PARATINGA E O NACIONALISMO

A década de 1950 ficou marcada, na conjuntura política brasileira, como um período de agitações e movimentos nacionalistas diversos (MOREIRA, 1998). Na época, veículos de imprensa se destacavam no cenário nacional. O *Semanário*, por exemplo, era o maior veículo jornalístico de inclinação nacionalista. Sediado na cidade do Rio de Janeiro, o jornal foi distribuído em todo o país e esteve ativo entre os anos de 1956 e 1964. Suas publicações tinham mais de 60 mil exemplares (BRITO, 2011).

Além de publicações próprias, O *Semanário* divulgava movimentos nacionalistas que despontavam em outras regiões do Brasil, como o Nordeste, assim como destaca Brito (2011):

“O Semanário” se percebeu, naquele contexto, como um veículo de imprensa engajado na luta contra o que denominava de forças “entreguistas”, ou seja alinhadas ao capital estrangeiro. Atribuiu-se, neste sentido, o papel de arregimentar amplos setores da sociedade civil na “defesa intransigente do interesse nacional”. Sendo assim, além de veicular as questões consideradas de relevo para o “movimento nacionalista”, como denúncias da atuação dos “Trustes” e mostrou incisivo apoio a iniciativas que garantissem o desenvolvimento econômico e que não passassem por concessões ao capital estrangeiro. O periódico chamava para si a responsabilidade de organizar debates acerca da necessidade de divulgação do nacionalismo, concedendo-lhe maior capilaridade social. (BRITO, 2011, p.7. Grifos do autor)

Em duas edições do jornal, datadas em 29 de maio de 1958 e 4 de fevereiro de 1959, encontram-se duas reportagens escritas por José Evandro de Oliveira Brandão. Um dos redatores do jornal, Evandro divulgava um movimento nacionalista de Paratinga e a produção de um jornal chamado *O Ibopatinga*, ativo entre as décadas de 1950 e 1970 (FREITAS, 1960).

Na reportagem “Grandioso comício no lançamento da Frente Nacionalista de Piratinga [sic], na Bahia”, publicada em 29 de maio de 1958, Brandão destaca a situação econômica e social da população paratinguense e a ação de estudantes locais para constituírem uma frente nacionalista como forma de chamar atenção aos “problemas regionais” de Paratinga.

Os estudantes locais, que estudam em Salvador, Januária e Belo Horizonte, no intuito de esclarecer a opinião pública, fundaram a “Frente Nacionalista Paratinguense” e com ela o jornal “O IBOPATINGA” e uma Biblioteca. Para a solenidade de lançamento do movimento nacionalista, os jovens estudantes promoveram um grandioso comício na Praça do Mercado, no qual compareceram mais de quinhentas pessoas (BRANDÃO, 1958, p. 10).

O *Ibopatinga* era definido, por Brandão, como “um órgão noticioso e cultural”, dirigido por Alcir Dourado e Eládio Pinto. Os fundos financeiros do jornal foram coletados entre a população, em campanha feita pelos estudantes. No texto “O nome de Lott numa rua de Ibotirama”, publicado em 4 de fevereiro de 1959 em *O Semanário*, é descrito o nome de Ênio de Almeida Pinto como editor-chefe do veículo.

Na reportagem de Evandro publicada em 1959, o autor destaca o apoio da Frente Nacionalista Paratinguense ao marechal Henrique Teixeira Lott, candidato às eleições presidenciais de 1960 que, segundo Carloni (2009), era apoiado pelos nacionalistas e que, mais tarde, perdeu para Jânio Quadros.

EXPEDIENTE

Araújo (2003) afirma que os noticiaristas envolvidos na produção de *O Ibopatinga* eram Ênio Almeida Pinto, Evandro Brandão, Eládio Almeida Pinto, Zenon Porto, João da Conceição Teixeira, Ézio Almeida Pinto e Edvaldo Joaquim Pereira. Além disso, em 1959, quatro vereadores participavam do movimento (BRANDÃO, 1959).

Dos noticiaristas fixos do jornal citados, um desempenhou a função de chefe do executivo municipal. Zenon Porto foi eleito em 1962. Entre outros citados por Evandro, o então vereador Israel Porto Novaes, presidente da Associação Rural Paratinguense, foi eleito no final da década de 1970 e governou até os primeiros anos da década de 1980 (PREFEITURA MUNICIPAL DE PARATINGA, 1990). O último prefeito diretamente ligado ao movimento foi Eduardo do Vale Barbosa, que assumiu a prefeitura em 1993 e exerceu o mandato até 1996 (NUNES, 1993).

Além de prefeitos, outras personalidades ligadas à Frente Nacionalista Paratinguense também contavam com parentescos de outros legisladores do poder público municipal. Alcir do Vale Dourado, um dos dirigentes do jornal *O Ibopatinga*, é filho do ex-prefeito Alcides de Oliveira Dourado, que, de acordo com Ferreira (1958), também chegou a ser vereador e presidente da Câmara em 1957 (PREFEITURA MUNICIPAL DE PARATINGA, 1990).

Considerações finais

Com base nas reportagens publicadas por José Evandro de Oliveira Brandão no *O Semanário*, é possível perceber que *O Ibopatinga*, como veículo de imprensa, tinha a intenção de promover mudanças políticas e sociais na cidade de Paratinga e na recém emancipada Ibotirama.

A forte ligação ao movimento nacionalista brasileiro e, conseqüentemente, as conquistas da Frente Nacionalista Paratinguense no corpo legislativo, também no executivo municipal, mostram a relevância do periódico na história da cidade brasileira de Paratinga.

Devido à não existência de outros estudos acerca do *O Ibopatinga* até o momento, é fundamental um estudo de caso das edições do veículo como forma de entender a dinâmica social e política de Paratinga no final da década de 1950 até meados dos anos 1970, quando o periódico encerrou suas atividades.

Referências

ALMEIDA, Y. **Apontamentos para a história da imprensa na Bahia**, 2009. Disponível em: <<https://herdeirodoacaos.wordpress.com/2009/06/23/apontamentos-para-a-historia-da-imprensa-na-bahia/>>. Acesso em 1 abr. 2017.

ARAÚJO, C et al. **Ibotirama e as canções de agosto**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2003. Disponível em: <<https://blogcarlosaraujo.files.wordpress.com/2012/09/ibotirama-e-as-canc3a7c3b5es-de-agosto.pdf>>. Acesso em: 6 abr. 2017.

BASTOS, W. L. **Viagem ao Nordeste: uma grande aventura**. Juiz de Fora: Edições Paraibuna, 1969.

BARBOSA, M. **Como escrever uma história da imprensa?** In: II ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO DE CARVALHO, 15 a 17 de abr. 2004, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFRGS, 2004, p. 1-11.

BRANDÃO, E. **Grandioso comício no lançamento da Frente Nacionalista de Piratinga, na Bahia**. O Semanário, Rio de Janeiro, ano 3, número 110, p. 10, 29 maio 1958. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=149322&pagfis=1723&url=http://memoria.bn.br/docreader#>>. Acesso em: 5 abr. 2017.

BRANDÃO, E. **O nome de Lott numa rua de Ibotirama**. O Semanário, Rio de Janeiro, ano 4, número 145, 4 fev. 1959. 2º Caderno, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/149322/per149322_1959_00145.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2017.

BRITO, L. L. (2011) *"O Semanário" — Um jornal que vale por um livro — Um estudo de caso sobre a imprensa nacionalista no Brasil (1956-1964)*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, ANPUH. São Paulo, (julho): 1-15. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300306067_ARQUIVO_TextocompletoparaaANPUH2011.pdf>. Acesso em 4 abr. 2017.

CARLONI, K. G. **Marechal Henrique Lott: Memória, Mito e História**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. Anais do XXV Simpósio Nacional de História — História e Ética. Fortaleza: ANPUH, 2009. CD-ROM. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0247.pdf>>. Acesso em: 6 abr. 2017.

FERREIRA, J. P. et al. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. V. XXI. Rio de Janeiro: IBGE, pp.103-106, 1958.

FREITAS, V. F. **Na Bacia do São Francisco. Belo Horizonte: Estabelecimentos Gráficos Santa Maria**, p. 154, 1960.

LE GOFF, J. **História**. In: _____. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990. Disponível em: <<http://memorial.trt11.jus.br/wp-content/uploads/História-e-Memória.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2017.

LARCHER, P. H. **Plano da história de Heródoto**. In: HERÓDOTO. *História*. Tradução de J. Brito Broca. Rio de Janeiro: W.M. Jackson Inc., 1950. p. 22-25.. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/historiaherodoto.pdf>>. Acesso em: 3 abr. 2017.

MOREIRA, V. M. L. **Nacionalismos e reforma agrária nos anos 50**. Rev. bras. Hist., São Paulo, v. 18, n. 35, p. 329-360, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201881998000100015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 4 abr. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881998000100015>.

NEVES, E. F.; MIGUEL, A. **Caminhos do sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia**. Salvador: Arcádia, 2007.

NOGUEIRA, G. A. **Viver por si, viver pelos seus: famílias e comunidades de escravos e forros no Certam de Cima do Sam Francisco (1730-1790)**. Dissertação de Mestrado em História: UNEB, 2011.

NUNES, I. **40 prefeitos do oeste da Bahia irão à Brasília pedir socorro**. Jornal Nova Fronteira, Barreiras, 20 ago. 1993.

PEREIRA, S. R. N. **A produção do espaço urbano em Guanambi**. I Congresso Brasileiro de Organização do Espaço. Rio Claro: 5279-5296. Disponível em: <https://d0b616e1-a62cb3a1a-ssites.googlegroups.com/site/arquivoscboe4/anais/sofia.pdf?attachauth=ANoY7cqUj8aAlFXauhI2S9uxp2F7suRFFDgmfjRz4q9fbr61DsHCE-F0PGq62RjCfpmH4vVTOS2_OP7glBwB2lqb_NRMA1rla-d4gg_FRfs-nqpu1RhXqv-Thn9-4qmYCWsR2xxOobbdpi3tzV752NwXjhFyvCpQN0GXry-d3FCXID4nRu7seYBG4NJxtC4Y9sX6rev1nURA50ua3pR0ZjSg1tDr2cVkpA%3D%3D&attredirects=0>. Acesso em: 3 abr. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARATINGA. *Paratinga: história e tradição*. Paratinga, 1990.

SARAIVA, L. F. **O Império das Minas Gerais: café e poder na zona da Mata mineira, 1853-1893**. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

THOMPSON, J. B. **A Mídia e a modernidade: Uma teoria social da mídia**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.